

## Ouro Preto Minas Gerais - MG

### Histórico

O descobrimento do sítio em que surgiu a Vila Rica, hoje cidade de Ouro Preto, declarada Monumento Nacional por ato do Presidente da República, constitui acontecimento intimamente ligado ao descobrimento das minas de ouro, cuja existência, em extensões tão amplas no território antes chamado dos Cataguazes, resultou o nome da outrora capitania das Minas Gerais.

A notícia de que do córrego do Tripuí, cuja águas rolavam sobre leito de pedras e areias negras, justificando a denominação de origem tupi (tipi-í – “água de fundo sujo”), foram retirados granitos da cor do aço que depois se soube serem ouro de fino quilate ecoou no espírito dos paulistas como grito de desafio à audácia dos bandeirantes, para que viessem descobrir a imensa riqueza do território. O episódio, que se inscreve como origem mais remota da fundação da primitiva capital, é narrado por Antonil, um Jesuíta que na primeira década do século XVIII visitou Minas Gerais e ouviu a tradição de testemunhas vivas do descobrimentos. O historiador Diogo de Vasconcelos, em sua “História Antiga das Minas Gerais”, a ele se refere reputando inconcussa a sua autoridade e inserindo na referida obra a narrativa nos seguintes termos, aqui transcritos com a mesma redação e ortografia originais:

“Há poucos anos que se começaram a descobrir as Minas Gerais dos Cataguazes, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá e Menezes; e o primeiro descobridor, dizem, foi um mulato, que já havia de Paranaguá e Curitiba. Este, indo ao sertão com alguns paulistas a buscar índios, e chegando ao serro do Tripuhy, desceu abaixo para tomar água no ribeiro a que chamam agora do Ouro Preto: e metendo a gamella na ribanceira para tirar água e roçando-a pela margem do rio, viu que nela depois ficaram uns granitos da cor do aço, sem saber o que eram, e nem os companheiros souberam conhecer e estimar o que tinham achado tão facilmente: e só cuidaram que ali haveria um metal não bem formado e por isso não conhecido. Chegando, porem, a Taubaté, não deixaram de perguntar que casca de metal era aquele.

E sem mais exame venderam alguns granitos por meia pataca à oitava a Miguel de Souza, sem saber o que vendiam e nem o comprador saber que coisa comprava: até que resolveram mandar alguns granitos ao Governador Arthur de Sá, e fazendo o exame achou-se ouro finíssimo.

Os vendedores dos tais granitos, ao fazerem a transação, ilustraram-na com informações sobre o local do descobrimento, na posição central dominada por um pico, sobre o qual figurava um grupo de penhascos a que deram o nome de Itacolomi, também de origem tupi (íta-curumí – “pedra menino”), por lhes parecer mãe e filha ao pé uma da outra. Sentiu-se com o relato naturalmente ferida a imaginação do comprador, que provavelmente dera a entender, muito de indústria, ignorar a natureza do metal adquirido, quadro, na verdade, o que estava em seu pensamento era a existência do El Dorado, que teria passado dali por diante a dominar a sua ambição. Deliberou, por isto, em combinação com os parentes e debaixo de segredo, saírem aos poucos, disfarçados em traficantes de índios, em busca do Itacolomi.

O primeiro a partir foi José Gomes de Oliveira, em março de 1691, tendo como ajudante Vicente Lopes. Chegados a Itaverava, de onde, segundo as informações, esperavam alcançar o pico que era como farol do desejado Tripuí, o que viram foi, no dizer de Diogo de Vasconcelos, fecharam-se os horizontes na incógnita, com o sertão fundo no vago imenso das florestas, baralhada nos montes longínquos, não se deixando conhecer. Depois de José Gomes, outros conquistadores partiram de Taubaté, animados da mesma esperança de encontrar o decantado sítio do Tripuí, sem atingir contudo a desejada meta.

Foram eles Antônio Rodrigues Arzão, em 1692, Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1694, e Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, em 1695. Os dois últimos, considerando as tentativas anteriores, orientadas todas para os lados do sul e do leste, deliberaram, de comum acordo, avançar na direção dos dois pontos cardeais ainda não pesquisados. Seguiu assim Bartolomeu Bueno para o oeste, indo ter, em região inteiramente diversa, a um rio que recebeu o nome de Pitanguí. Ao passo que Salvador Fernandes, tomando o rumo norte, penetrou no vale do Gualaxo, descortinou os amplos horizontes do Mato dentro, desceu a serra e chegou, a 16 de julho de 1696, às margens de um ribeiro, a que deu o nome de Ribeirão do Carmo, de acordo com o calendário cristão, que registrava, sob aquela invocação, a festa da Santíssima Virgem.

Descoberto o ribeiro, que era riquíssimo, surgiram em seu leito indícios denunciadores da proximidade do Tripuí, tais como o lastro denegrido da correnteza e os granitos cor de aço, ainda que mais finos e menos abundantes. Era sem dúvida auspicioso evento cuja notícia resolveu Salvador Fernandes levar desde logo a São Paulo, para onde seguiu em 1697, ali repercutindo de modo extraordinário a divulgação da nova descoberta, principalmente em Taubaté, onde as referências ao Ribeirão do Carmo e aos granitos cor de aço giravam de boca em boca. O governador Arthur de Sá, que aí se achava, já deliberado a seguir para as Minas, com o fim de animar em pessoa os descobrimentos a entabular as novas lavras, mandou que lhe trouxessem os tais granitos e, trincando-os nos dentes, mostraram a cor natural do precioso metal. Rasgou-se dessa forma em público o segredo e ouviu-se pela primeira vez o nome – Ouro Prêto.

Restava, entretanto, descobrir o Itacolumi, que era a chave da penetração do sítio que teria mais tarde aquele nome. Os poucos aventureiros do Tripuí, que ainda restavam em Taubaté, diante das notícias e encontrando embora divergências de alguns sinais na descrição do sítio, reuniram-se a Antônio Dias de Oliveira, que com eles partiu em abril de 1698, com o fim de recobrar o primitivo descobrimento. A expedição, na qual tomou parte o padre João de Faria Fialho, que se tornaria notável como um dos principais povoadores, foi coroada de completo êxito, assim a descrevendo, na etapa final, Diogo de Vasconcelos, em sua obra já citada: “Conhecido, portanto, o caminho, Antônio Dias entrou por onde os aventureiros haviam saído.

Da serra da Borba, avistando a Itatiaia, veio em direção ao Rodeio e, transpondo aí a serra do Pires, alcançou o ribeiro das Congonhas, hoje da Cachoeira, de onde subiu para o Campo Grande. Foi esta jornada decisiva a memorável vigília da história. No dia seguinte, alvorecendo, sexta-feira de 24 de junho de 1698, os bandeirantes ergueram-se e deram mais alguns passos: todo o panorama estupendo do Tripuí, iluminado então pela aurora, rasgou-se dali aos olhos ávidos; e o Itacolumi, soberano da cordilheira, estampou-se nítido e firme no celúreo do céu, que a luz recamava de púrpura e ouro, de anil e rosas. Tomando o santo dia, São João Batista foi o patrono da nova terra, *vox clamantis in deserto*; e essa voz, ressoando nos ecos da solidão, despertou a natureza, ouvindo a saudação do Anjo: Ave Maria! Foi essa a madrugada em que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais. Estava descoberto o Ouro Prêto”.

Iniciada a exploração das minas, todas riquíssimas do precioso metal, surgiram, nas escarpas da montanha e a pouca distância uns dos outros, os arraiais de São João, Padre Faria, Antônio Dias, Bom Sucesso e Ouro Podre, cuja população passou em pouco tempo a formar um núcleo considerável, a tal ponto que, em 1711, pela carta Régia de 8 de julho, era elevado à categoria de vila, com o nome de Vila Rica de Albuquerque, em homenagem ao capitão-general da Capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sendo confirmada a criação pela carta régia de 15 de dezembro de 1712, que simplificou o topônimo para Vila Rica.

A extraordinária produção das minas determinou desde logo, da parte da Coroa Portuguesa, pesadas e odiosas medidas de fiscalização do ouro extraído, sujeito que era à pesagem na Carta de Fundição, para a cobrança do imposto de um quinto. Não se fez tarda contra isto a reação do povo, rebentando em 1720 a revolução, chefiada por Felipe dos Santos, que pagou com a vida a sua coragem, arrastado pelas ruas atado à cauda de um cavalo.

No último quartel do século XVIII, quando Vila Rica, pela produção constante de suas minas e aumento crescente de sua população, já se transformara em grande e opulento centro urbano, com imponentes edifícios e majestosos templos, com extraordinário desenvolvimento cultural, em que brilharam na escultura o gênio de Antônio Francisco Lisboa- o Aleijadinho, e

nas letras Tomaz Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e outros, foi o capital das Minas Gerais o foco da conspiração que ficou na história com o nome de Inconfidência Mineira, culminada com o enforcamento de Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes, proclamado o protomártir da Independência e cuja memória foi mais tarde perpetuada em grande monumento erguido na praça principal da cidade.

## **Gentílico: ouro-pretano**

### **Formação Administrativa**

Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Rica de Albuquerque, por ordem régia de 08-07-1711. Sede no antigo Arraial das Minas Gerais de Ouro Preto. Instalada em 15-12-1712.

Distrito criado com a denominação de Vila Rica de Albuquerque, por carta régia de 16-02-1724, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891. E ainda pela está mesma lei foram criados os distritos de Antônio Dias, São Bartolomeu,

Pelo alvará de 06-11-1746, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito com a denominação de Congonhas do Campo e anexado a vila de Vila Rica de Albuquerque.

Pela ordem régia de 1752, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Itabira do Campo e anexado a vila de Vila Rica de Albuquerque.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Vila Rica, pelo decreto de 24-02-1823.

Pela carta imperial ou carta de lei de 20-03-1823, o município de Vila Rica tomou a denominação de Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 50, de 08-04-1836, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Cachoeira do Campo e anexado ao município Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 184, de 03-04-1840, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Antônio Pereira e anexado ao município Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 209, de 07-04-1841, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Casa Branca e anexado ao município de Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 1492, de 13-07-1868, e leis estaduais nºs 2033, de 01-12-1873 e nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São José do Paraopeba e anexado ao município de Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 1649, de 14-09-1870, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras e anexado ao município de Ouro Preto.

Pela lei provincial nº 2898, de 23-09-1882, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, foram criados os distritos de São Gonçalo do Baçõ e São Gonçalo do Tijuco e anexados ao município de Ouro Preto.

Pelo decreto nº 129, de 02-07-1890, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Soledade e anexado ao município de Ouro Preto.

Pelo decreto nº 253, de 26-11-1890, o distrito de São Gonçalo do Tijuco tomou o nome de São Gonçalo do Amarante.

Pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, foram criados os distritos de São Caetano da Moeda e São Gonçalo do Monte e anexados ao município de Ouro Preto.

Foi capital do estado até 12-12-1897.

Pela lei estadual nº 556, de 30-08-1911, é criado o distrito de São Julião (ex-povoado de Burnier) e anexado ao município de Ouro Preto.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 19 distritos: Ouro Preto, Antônio Dias, Antônio Pereira, Casa Branca, Cachoeira do Campo, Conceição do Rio das Pedras (ex-Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras), Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Jesus Maria, José da Boa Vista, Ouro Branco, São Bartolomeu, São Caetano da Moeda, São Gonçalo do Amarante (ex-São Gonçalo do Tijuco), São Gonçalo do Baçõ, São Gonçalo do Monte, São José do Paraopeba, São Julião e Soledade.

No quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 18 distritos: Ouro Preto, Antônio Dias, Antônio Pereira, Casa Branca, Cachoeira do Campo, Rio das Pedras (ex-Conceição do Rio das Pedras), Congonhas do Campo, Itabira do Campo, Jesus Maria José da Boa Vista, Ouro Branco, São Bartolomeu, São Caetano da Moeda, São Gonçalo do Amarante (ex-São Gonçalo do Tijuco), São Gonçalo do Baçõ, São Gonçalo do Monte, São José do Paraopeba, São Julião e Soledade.

Pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o município de Ouro Preto sofreu as seguintes modificações: criou o distrito de Santo Antônio do Leite com terras desmembradas do distrito de Cachoeira do Campo e o anexado ao município de Ouro Preto. O distrito Congonhas do Campo foi transferido de Ouro Preto para o município de Queluz e desmembra do município de Ouro Preto os distritos de Itabira do Campo, Jesus Maria, José da Boa Vista, São José do Paraopeba, Baçõ (ex-São Gonçalo do Baçõ), São Gonçalo do Monte e Moeda (ex-São Caetano da Moeda), para constituir o novo município de Itabirito (ex-Itabira do Campo).

Pela lei estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Felipe dos Santos passou a chamar-se Lobo Leite.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 13 distritos: Ouro Preto, Antônio Dias, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Lobo Leite (ex-Felipe dos Santos (ex-Soledade), Ouro Branco, Rio das Pedras (ex-Conceição do Rio das Pedras), Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu, São Gonçalo do Amarante, São Gonçalo do Monte e São Julião.

Assim permanecendo divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto lei estadual nº 88, de 30-03-1938, o distrito de Antônio Dias, foi extinto, sendo sua área anexada ao distrito sede do município de Ouro Preto.

Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17-12-1938, o município de Ouro Preto sofreu as seguintes modificações: criou o distrito de Santa Rita de Ouro Preto e anexou-o ao município de Ouro Preto. Perdeu os distritos de Congonhas do Campo e Lobo Leite, para constituir o novo município de Congonhas do Campo. Transferiu os distritos de Rio das Pedras e São Gonçalo do Monte do município de Ouro Preto para o de Itabirito e o distrito de São Gonçalo do Amarante passou a chamar-se simplesmente Amarante.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído 10 distritos: Ouro Preto, Amarante (ex-São Gonçalo do Amarante), Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Casa Branca, Ouro Branco, Santa Rita de Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu e São Julião.

Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de Casa Branca passou a denominar-se Glaura e Amarante a chamar-se Amarantina.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 10 distritos: Ouro Preto, Amarantina (ex-Amarante), Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Glaura (ex-Casa Branca), Ouro Branco, Santa Rita de Ouro Branco, Santo Antônio do Leite, São Bartolomeu e São Julião.

Pela lei nº 336, de 27-12-1948, o distrito de Santo Antônio do Leite tomou o nome de Bárbara Heliadora e o distrito de São Julião a chamar-se Miguel Burnier.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de distritos: 10 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Bárbara Heliadora (ex-Santo Antônio do Leite), Cachoeira do Campo, Glaura, Miguel Burnier (ex-São Julião), Ouro Branco, Santa Rita do Ouro Preto e São Bartolomeu.

Pela lei nº 1039, de 12-12-1953, é criado o distrito de Engenheiro Correia (ex-povoado), com terras desmembradas do distrito de Miguel Burnier e anexado ao município de Ouro Preto. Pela mesma lei desmembra do município de Ouro Preto o distrito de Ouro Branco, elevando-o à categoria de município. E ainda o distrito de Bárbara Heliadora voltou a chamar-se Santo Antônio do Leite.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 11 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Miguel Burnier, Santa Rita do Ouro Preto Santo Antônio do Leite (ex-Bárbara Heliadora) e São Bartolomeu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, é criado o distrito de Rodrigo Silva e anexado ao município de Ouro Preto.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 11 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita do Ouro Preto, Santo Antônio do Leite (ex-Bárabara Heliodora) e São Bartolomeu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1995.

Pela lei nº , de , é criado o distrito de Santo Antônio do Salto e anexado ao município de Ouro Preto.

Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de 12 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita do Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Pela lei nº 117, 14-10-2006, é criado o distrito de Lavras Novas e anexado ao município de Ouro Preto.

Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 13 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita do Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

#### **Alterações toponímicas municipais**

Vila Rica de Albuquerque para Vila Rica, alterado pelo decreto de 24-02-1823.

Vila Rica para Ouro Preto, alterado pela carta imperial ou carta lei 20-03-1823.